



HAL
open science

Práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia brasileira. (Axe III, Symposium 11)

Marcilène Silva da Costa

► To cite this version:

Marcilène Silva da Costa. Práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia brasileira. (Axe III, Symposium 11). Independencias - Dependencias - Interdependencias, VI Congreso CEISAL 2010, Jun 2010, Toulouse, France. halshs-00514399

HAL Id: halshs-00514399

<https://shs.hal.science/halshs-00514399>

Submitted on 3 Sep 2010

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

VI Congreso Ceisal 2010
Independencias, dependencias, interdependencias
Toulouse, France / 30 juin – 3 juillet
Axe III : Dinamicas territoriales
Symposium 11: Développement rural et agriculture familiale

PRÁTICAS ALIMENTARES EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Marcilene SILVA DA COSTA

(Doctorante en Anthropologie Sociale et Historique UTM-LISST-CAS)
Toulouse

Résumé Cette communication vise à analyser à travers une perspective socio-anthropologique les pratiques alimentaires des habitants de deux communautés *quilombolas* de l'Amazonie brésilienne. Ces communautés revendiquent actuellement la titularisation des terres sur lesquelles elles vivent, défendant le fait qu'elles soient rémanentes des *Quilombos* (descendants des esclaves) en accord avec l'article 68 de l'acte des dispositions constitutionnelles transitoires de la constitution fédérale du Brésil - ADCT de 1988.

Les terres sur lesquelles ils vivent sont des espaces entourés par des *fazendas*, domaines agricoles de grande taille utilisés pour l'élevage de bétail appartenant à des grands propriétaires. Ceci implique qu'ils ne disposent plus que d'un espace réduit pour pratiquer l'agriculture familiale, anciennement base des activités économiques. Cette situation pousse plusieurs d'entre eux à abandonner ces pratiques agricoles pour travailler pour les fazendeiros ou dans la ville la plus proche comme ouvriers pour les hommes ou employées domestiques pour les femmes.

La conséquence est la réduction de la part d'aliments produits ou captés localement, ce qui provoque un changement dans leur mode de vie et dans la consommation des aliments qui sont de plus en plus achetés au marché. Ceci entraîne des modifications des représentations et pratiques alimentaires quotidiennes.

Mots clés : Amazônia brasileira, comunidades *quilombolas*, hábitos alimentares, alimentos.

Localização de Boa Vista do Itá

Boa Vista do Itá é um povoado localizado no município de Santa Isabel do Pará, distante aproximadamente 60 km da capital do estado do Pará, Belém, Brasil. Localiza-se precisamente no distrito do Caraparu. O município de Santa Isabel do Pará é formado por três distritos: Caraparu, Americano e distrito sede. De acordo com Conde, a origem do município “...está diretamente ligada ao processo de estratificação da região bragantina para fins de colonização, que teve como marco a construção da estrada de ferro Belém-Bragança, inaugurada em junho de 1883. Na época colonial, o povoado de Santa Izabel pertencia a colônia de Benevides, a qual foi um dos primeiros núcleos coloniais beneficiados com a estrada de ferro.” (1999:11-12).

Boa Vista do Itá assemelha-se a vários outros povoados localizados às margens do rio Itá, um dos braços do rio Caraparu, sendo que um dos traços em comum dessas comunidades é o fato dos habitantes serem negros vivendo em meio rural.

O historiador Aldrin Figueiredo refere que em 1888, ano da abolição da escravidão no Brasil, Caraparu¹ constituía-se apenas em um pequeno vilarejo, onde viviam os descendentes de escravos foragidos, especialmente de Belém. Para o referido autor: “Caraparu era a denominação dada a um quilombo, pouco conhecido que existiu nas proximidades de Belém, durante a primeira metade do século XIX.” (1996:178).

De acordo com Salles (1988), em um dos braços do rio Guamá, no rio Caraparu, havia um mocambo² formado por cabanas distribuídas na área, localizado às margens do igarapé Itá. Por esse motivo, a região do rio Guamá foi alvo de “batidas” policiais frequentes visto que estes estavam constantemente à procura de mocambos com o intuito de destruí-los e prender os negros que os habitavam.

¹ Atualmente, o distrito de Caraparu se caracteriza como importante e popular ponto turístico da cidade tendo um dos balneários mais procurados do município.

² Sinônimo de quilombo na designação regional.

A luta pela terra

Os habitantes de Boa Vista do Itá, com auxílio de representantes de uma entidade do movimento negro urbano de Belém e de pesquisadores da universidade Federal do Pará, decidiram reivindicar o título coletivo das terras que habitam baseados na memória coletiva local e no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal – ADCT de 1988, que diz: “[a]os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.³

A origem do termo quilombo remonta a época colonial e foi elaborado pelo Conselho Ultramarino de 1740 para definir a habitação de negros fugidos da escravidão. Porém, graças ao artigo 68, atualmente, tal termo revê uma nova significação podendo designar:

“...a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil, fazendo referência a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravos organizados em quilombos⁴.»

Dessa forma como mencionei acima, os moradores de Boa Vista, em 1999 deram entrada no processo de legalização das terras da comunidade como remanescente de quilombo junto ao Instituto de Terras do Pará – ITERPA⁵. Em 2003 modificaram o nome da associação local, São João, fundada em 1988 em homenagem ao padroeiro da comunidade, para associação comunitária de remanescente de quilombo Boa Vista do Itá; ato necessário para que continuassem a luta pelas terras. A área pleiteada é de 1.210 ha sendo que 90% dessa se encontra titulada a favor de terceiros.

De acordo com a memória local as terras que eles habitam foram doadas por um senhor francês chamado Major Santos ao seu casal de escravos, Felipe Mariano dos Santos e Maria

³ Cf. *Constituição Federal: 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988: 169

⁴ Cf: <http://www.koinonia.org.br/oq/quilombo.asp>. Acesso em 15/04/2010

⁵ Orgão regional responsável pela execução da política agrária no estado do Pará. Celebra convênios com Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autarquia federal responsável da emissão de títulos coletivos das terras dos descendentes de quilombos.

Madalena da Fonseca, casal que originou a atual localidade. De acordo com Conde (1999) o Major Santos possivelmente imigrou para essa região, por meio do sistema de doação de sesmarias, durante o governo imperial no início do séc. XVIII. Ao longo do rio Caraparu, principal da região, têm-se registrada a concessão de várias sesmarias.

O referido Major deixou ao casal de escravos o equivalente a 2000 ha de terras onde se desenvolveu o povoado. Atualmente Boa Vista do Itá, é composta por 33 famílias (156 pessoas), onde quase a totalidade, precisamente 30 famílias têm como primeiro ou segundo nome de família “dos Santos”⁶, sabemos que na época da escravidão o senhor batizar os escravos com seu próprio nome de família era uma prática comum. O nome de família “dos Santos” é bastante recorrente também nas comunidades próximas: Conceição do Itá, São Francisco do Itá, Macapazinho e Nossa Senhora do Carmo do Itá visto que essas estão localizadas próximas ao rio Itá, um dos braços do rio Caraparu (**ver ilustração 1**). Dessa forma, tais comunidades estão ligadas não só espacialmente, mas também socialmente por laços de parentesco. Geralmente, os habitantes dessas localidades costumam enfatizar que são todos parentes.

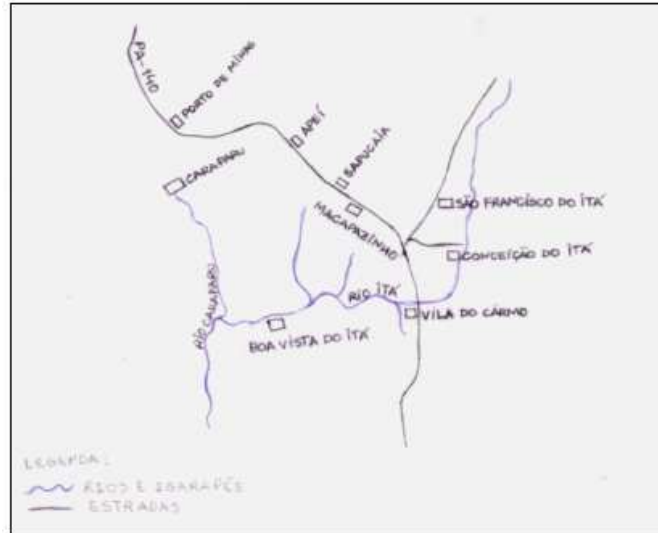


figura 1: Ilustração localização de comunidades próximas ao rio Itá

⁶ No Brasil, os nomes de família maternos precedem os paternos na disposição final do nome completo.

Na memória coletiva dos habitantes de Boa Vista está presente referências ao lugar de origem do Major dos Santos, que teria imigrado de Mazagão⁷ na África com seus escravos para o local onde se situa atualmente a comunidade. Mazagão é um pequeno vilarejo fortificado, antigamente de domínio português, banhado pelo oceano Atlântico, localizado no norte da África, em Marrocos, e é considerado atualmente patrimônio da humanidade pela UNESCO e foi restaurada e rebatizada, em 1832 como El Jadida, pelo sultão Moulay Abderrahman⁸.

As terras doadas pelo Major dos Santos (2000 ha), foram reduzidas a 12 ha devido a venda das mesmas pelos parentes dos atuais moradores; e até mesmo vendida pelo INCRA e ITERPA como terra devoluta a dois fazendeiros na década de oitenta. Sendo que a prática dos antigos compradores, era comprar um pedaço e invadir o resto.

Posso citar como exemplo o caso do médico Sebastião Ramalho, residente em Belém, que contesta o edital de titulação das terras da comunidade. Em um primeiro momento ele se diz agricultor e residindo permanentemente na comunidade sendo que comprou de Osvaldo dos Santos (já falecido), o terreno de 25 hectares, em 1989 por NCz\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzados novos). Atualmente se diz proprietário de 32ha na comunidade. Percebe-se, então que o médico acresceu 7 ha a mais no terreno que comprou⁹.

Alguns moradores relembram que seus parentes trocaram grandes porções de terra pelo equivalente a uma cesta básica de alimentos. Sendo assim, hoje em dia, se encontram em uma situação de extrema precariedade sem terras para plantar completamente cercados por fazendas.

De acordo com Conde, 1999, a comunidade se localiza entre a colônia do INCRA e o rio Itá, espremida pela Fazenda Santal Helena e pelos lados esquerdo e direito pelas terras adquiridas por um homem político na época, ex-governador do estado do Pará, Carlos Santos que depois as vendeu a um fazendeiro.

⁷ “Mazagão era o nome do domínio português, localizado no Norte da África, de 1514 até 1769. Este mesmo povo foi deslocado, segundo os relatos históricos, por volta de 1770, para a Amazônia, no norte do Brasil. Ali, a política de ocupação colonial, do senhor Marquês de Pombal, estava sendo implementada. Há no Estado do Amapá, Mazagão Velho, distrito do município de Mazagão, que festeja São Tiago, no mês de julho, onde uma encenação retrata as batalhas entre cristãos e mouros, que disputavam na África a hegemonia da fé no continente africano, sob domínio português.” Havia presença francesa no Marrocos a partir de 1530, no entanto a França afirma domínio somente no final do séc. XIX quando a região se torna um protetorado francês. Acesso em 03 de setembro de 2009, <http://www.overmundo.com.br>

⁸ Acesso em 25/04/2010. http://www.dhj-foot.com/new_histoire.php.

⁹documentos processuais sobre Boa Vista do Itá de 1999 à 2009, arquivados no ITERPA.

Atividades econômicas e alimentação dos habitantes de Boa Vista do Itá

Embora considerada um povoado de agricultores, no entanto, devido a restrição das terras, os habitantes de Boa Vista do Itá mudaram suas atividades econômicas e por consequência também as práticas alimentares visto que, nos tempos antigos como relembram, tinham menos dependência do mercado e plantavam, pescavam e produziam para o próprio consumo de forma que todas as famílias locais trabalhavam com agricultura.

Atualmente, segundo o censo que realizamos em 2009¹⁰ na comunidade das 156 pessoas recenseadas, no item sobre atividade profissional, a atividade que mais se destaca é o trabalho na roça, cinquenta pessoas responderam que desenvolve essa atividade, como podemos ver no gráfico abaixo:

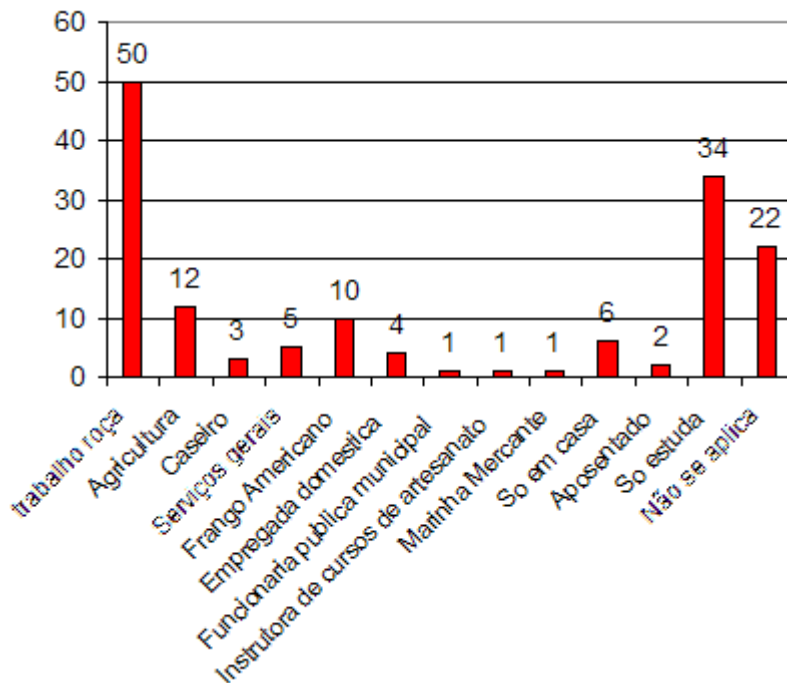


figura 2 : gráfico atividades econômicas

¹⁰ No quadro dos projetos *Corpo Presente: representações de saúde entre quilombolas e políticas públicas* e *Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais (PAPIT)*. Ver: Costa, Marcilene. Ruffeil, Marjorie. Relatório de Campo Comunidade quilombola Boa Vista do Itá: na memória a afirmação de identidades e busca pelos direitos. Belém: mimeo, 2009

Dessa forma, percebe-se que apesar das dificuldades a base da economia continua sendo o trabalho na roça para fabrico de farinha de mandioca seguido de trabalho na horta que eles chamam de agricultura. Aqui procurei preservar a classificação deles, que diferenciam o trabalho na roça, o cultivo principalmente de mandioca; do trabalho na horta no cultivo de verduras e legumes que chamam de agricultura, ou seja, eles consideram como agricultura apenas o trabalho com horticultura. É necessário ressaltar que, grande parte das pessoas, que responderam como atividade principal o trabalho na roça, associaram uma atividade secundária como produção de carvão vegetal ou serviços gerais.

O grupo familiar tem a responsabilidade pela produção e comercialização dos produtos. Embora o número de pessoas que trabalham na roça seja predominante, algumas outras atividades se destacam como por exemplo: serviços gerais (10 pessoas) que significa nesse contexto trabalhar como mão de obra não qualificada para fazendeiros da região. Dez outros moradores, trabalham na empresa avícola Frango Americano, localizada aproximadamente seis quilômetros do povoado. O trabalho que exercem na empresa é também como mão de obra não qualificada: a maioria trabalha a noite desembarcando frango de dentro de caminhões, como auxiliar de abate dos frangos ou no serviço de embalagem dos produtos.

Três pessoas exercem a função de caseiros, ou seja se ocupam de casas ou terrenos, para pessoas, geralmente de fora, que compraram terrenos na localidade, e que moram em Belém, e que vêm final de semana à comunidade para repousarem. É também possível exercer a atividade de caseiro, em outros lugares, como por exemplo, o pai de uma das habitantes que é caseiro e se ocupa de um terreno na cidade de Bujaru e tem direito a folga para visitar a comunidade uma vez por mês.

Há quatro mulheres que trabalham no distrito sede de Santa Isabel, como empregadas domésticas, exercem a profissão, para terem a possibilidade de cursar o Ensino Médio escolar visto que o acesso à escolarização é até o Ensino Fundamental em uma escola próxima. O acesso ao Ensino Médio só é possível na cidade, mas a municipalidade não dispõe de transporte coletivo aos moradores, os poucos que se aventuram a estudar, são obrigados a pedalar uns trinta

kilômetros de madrugada para poderem chegar na aula à tempo. Sabendo que no retorno à casa, o trabalho, auxiliando os parentes no fabrico da farinha, os espera.

As mulheres que trabalham como empregada doméstica o fazem em troca de alimentação e estudo. Não recebem sequer um salário mínimo, as vezes, uma quantia irrisoria, nem é preciso dizer que não têm carteira assinada.

Apenas sete pessoas estão trabalhando com horticultura, antes mais pessoas trabalhavam mas devido à escassez de água, muitos desistiram e continuam apenas no fabrico da farinha de mandioca.

Embora a grande maioria deles trabalhem na roça e na fabricação de farinha de mandioca, grande parte das famílias se vêem obrigadas a comprar mandioca de terceiros devido à falta de espaço para plantar ou então por ser tão ínfimo o espaço em que estão confinados alguns fazem roças nas terras das fazendas próximas. Compram a saca de mandioca por R\$15,00 (quinze reais) e vendem a saca da farinha já pronta para o consumo à R\$ 80,00 (oitenta reais), uma saca de farinha significa o trabalho de uma semana de uma família inteira. Vendem também outros produtos extraídos da mandioca como por exemplo: o tucupi (líquido amarelo extraído da mandioca fresca) e a goma (fécula da mandioca). Antes faziam apenas a farinha, mas graças a uma oficina ministrada pela Fundação Curro Velho na comunidade – Instituição pública estadual – sobre fabricação de goma e tucupi aprenderam a trabalhar também com esses produtos.

As famílias geralmente fazem farinha uma vez por semana. Homens e mulheres juntos arrancam e carregam as mandiocas compradas. Existem, mais ou menos, sete casas de farinha na comunidade, mas apenas uma é utilizada pela maioria dos moradores, a casa de farinha comunitária. As outras seis são utilizadas pelos próprios donos. Raras vezes, outras famílias a freqüentam. O trabalho requer ajuda de toda família dos adultos às crianças.

Em geral, o trabalho é dividido: os homens torram a farinha, as mulheres extraem o tucupi, as crianças peneiram massa, os adolescentes ralam mandioca. Embora torrar a farinha seja considerado um trabalho tipicamente masculino, algumas vezes, as mulheres também o fazem.

A casa de farinha, além de um espaço de produção, pode ser considerada também um espaço de sociabilidade. As pessoas durante o trabalho, conversam, riem e se divertem: contando

casos, piadas, fofocando, fazendo refeições, transformando o trabalho em uma grande reunião familiar.

A produção agrícola é escoada por um caminhão da Prefeitura Municipal que passa, aos sábados, pela madrugada, para levar os produtos e produtores com destino a feira municipal do agricultor. Chegam na cidade por volta de 5h da manhã e vendem a produção na calçada da feira do agricultor devido não terem um espaço assegurado dentro da feira para venderem seus produtos. Um certo dia se viram obrigados a enfrentar a policia que queria prendê-los porque vendem, informalmente, na calçada da feira. Alguns, devido a essa dificuldade, preferem vender os produtos por preços irrisorios aos intermediarios, o que significa que praticamente não têm quase nenhuma margem de lucro.

A venda dos produtos gera de R\$ 80,00 (oitenta reais), no máximo, à R\$ 20,00 (vinte reais), no minimo, semanalmente por familia. Com o dinheiro das vendas, eles compram alimentos para passarem a semana: feijão, arroz, macarrão, carne, suco artificial, entre outros.

A renda mensal dos habitantes de Boa Vista do Itá varia de R\$ 200 à R\$ 5000 reais. Sendo que a unica pessoa que recebe cinco mil reais não é originaria de lá. Trata-se de um senhor de Belém que é aposentado pela Marinha Mercante e que por medo da violência da cidade grande se mudou para Boa Vista (**ver tabela renda familiar mensal**).

figura 3: tabela renda familiar mensal

A média das familias recebe mensalmente de R\$ 400 à 490 reais¹¹, seguida de familias que recebem R\$ 200 à 290 reais. Das 33 familias, quatorze recebem auxilio do governo federal, em forma de Bolsa-Familia e apenas uma familia é beneficiada pelo programa Bolsa-Trabalho. Os valores variam de R\$ 122 à R\$ 60 reais mensais. Sendo que, em alguns casos, é a unica fonte de renda fixa.

O fato de reivindicar as terras como quilombola traz algumas vantagens, como de se integrar aos já mencionados programas do governo, sendo que o mais importante é o Bolsa-familia, programa de politica publica, em forma de auxilio financeiro as familias que têm os filhos regularmente matriculados em escolas publicas. Tal programa é universal, não é especifico

¹¹ o salário minimo na época era R\$ 480 (quatrocentos e oitenta reais)

aos quilombolas, mas destinado à famílias que vivem em situação de extrema pobreza com renda mensal por pessoa de R\$ 70 à R\$ 140 reais. Os agentes de governo são responsáveis pela divulgação e aplicação de políticas públicas nessas comunidades visto que a maioria dos moradores não têm conhecimento desses direitos básicos. Sendo assim o fato de reivindicar a terra como quilombola traz a possibilidade de um acesso, ainda que mínimo, à cidadania.

Práticas alimentares

Segundo Murrieta (1998), os processos de escolha de alimento são resultado de necessidades biológicas, sistemas simbólicos, estrutura social e forças político-econômicas, combinadas ou justapostas pelos atores sociais através das práticas e condições contextuais do cotidiano. "...os processos de uso e escolha de alimentos não são apenas determinados por algum sistema cognitivo ou social unificado, ou relações unidirecionais (resistência/assimilação) entre sistemas locais e pressões sócio-políticas e ambientais, mas, também por uma seleção intrincada e combinada de repertórios, tanto consciente como inconsciente e que segue a lógica do momento social, suas condições e pressões cotidianas". (Murrieta, 1998:103)

Através dos hábitos alimentares a sociedade também se expressa, se comunica, compreende e controla a realidade (Bonim & Rolim, 1991). A alimentação não é determinada apenas por fatores geográficos ou climáticos. Na fixação de uma dieta alimentar entram da mesma forma elementos psicossociológicos que o marcam e definem. Um alimento, além de ser uma substância nutritiva que serve para a manutenção física dos indivíduos encerra também código de valores e símbolos próprios (Torrão, 1995).

Os critérios de escolha dos alimentos não são apenas utilitaristas. Murrieta (1998), em seu estudo sobre hábitos alimentares na ilha de Ituqui, Santarém, Pará, enfatizou que apesar dos fatores econômicos (pouca variedade e disponibilidade de produtos alimentícios e baixo poder aquisitivo) e ecológicos (a escassez dos alimentos produzidos ou capturados localmente), estes podem ser somados com o sistema simbólico dos tabus alimentares ou reima; afora, o apelo emocional de determinados alimentos que são conectados com momentos específicos do ciclo biológico ou preferências individuais e sociais.

O estado nutricional de uma comunidade depende, principalmente da existência e possibilidade de acesso a alimentos indispensáveis à sobrevivência. (Trigo et al.,1989). Em Boa Vista do Itá devido principalmente ao cercamento de suas terras pelos fazendeiros, o que gera dificuldades para plantar e cultivar alimentos para consumo próprio. O acesso aos alimentos necessários para sobrevivência acaba sendo pela forma de compra e dependência do mercado local e como não possuem renda suficiente para compra-los, muitas vezes, passam até mesmo privações alimentares ou optam por comprar alimentos mais baratos o que, geralmente, significa que os mesmos são pouco nutritivos e de má qualidade, como por exemplo, o consumo frequente de suco artificial, dos mais variados sabores, principalmente, as crianças. Tais sucos têm como base de composição: açúcar e corante sem nenhum valor nutritivo adicionado.

Representações de práticas alimentares

Durante o mês de agosto de 2009, acompanhada de uma estudante de direito da UFPA, no quadro do projeto Corpo Presente¹² realizamos oficinas, para crianças e adultos, sobre representações identitárias, do corpo, saúde e alimentação – por meio de desenhos, pinturas e aplicação de questionários, em Boa Vista do Itá.

A oficina com as crianças contou com presença de 23 crianças, na faixa etária de dois anos aos 12 anos. Levamos uma manhã inteira para realizá-la. Solicitamos que elas desenhassem alimentos que consomem cotidianamente.

O peixe foi o alimento mais representado, seja ainda vivo no rio, seja dentro da frigideira já frito ou mesmo dentro de um prato pronto para o consumo. A salsicha calabresa foi a segunda mais desenhada. A carne bovina também foi bastante desenhada: crua, como bife na frigideira ou já cozida dentro da panela. Desses três alimentos desenhados, apenas o peixe pode ser adquirido localmente visto que ainda pode ser pescado no rio próximo, embora tal prática seja rara devido a escassez de peixes no rio Itá.

O frango apareceu com menos frequência: cru, assado ou dentro da geladeira. É curioso visto que, como mencionado no item sobre atividades econômica, cerca de dez moradores

¹² O projeto tem como objetivo investigar práticas alimentares, doenças crônicas, acesso ao sistema de saúde, histórias e memórias assim como percepções identitárias quilombolas

trabalham na empresa Frango Americano o que significa que compram esse produto mais barato que o valor no mercado e dessa forma o alimento circula frequentemente entre as famílias, durante nossa estada observamos muitas famílias consumindo frango preparado das mais variadas maneiras: grelhado no carvão, assado de forno, cozido com batata. A doação ou troca de alimentos entre parentes é corrente sendo que a circulação de alimentos que não são comprados é ligada diretamente a relações de parentesco.

O pão e ovo foram largamente representados. São alimentos facilmente encontrados na comunidade visto que a grande parte de moradores cria galinhas, para consumo próprio, que porventura põe ovos. Além de que uma moradora montou uma pequena padaria em sua casa, onde ela fabrica pães que são vendidos pela manhã ou à tarde.

Considerados a base da alimentação do brasileiro, o feijão e o arroz, em geral desenhados separados, foram medianamente representados. A maioria desenhou o arroz dentro da panela. Uma das crianças desenhou até mesmo um menino com um guardanapo na mão, explicou que era para que ele não se queimasse quando fosse pegar o alimento em cima do fogão. A sopa apareceu com menos frequência.

A maioria dos desenhos fez referência ao bolo de aniversário com velas em cima, bastante coloridos com bolinhas pintadas representado confeite. Quando indagados se comiam frequentemente bolo, responderam que quando há aniversários sim. O bolo é considerado, por elas, um alimento precioso, gostoso e raro já que a maioria das casas não têm forno à gás. Os moradores cozinham os alimentos no fogão à lenha e não têm hábito de assar bolos no que eles consideram fogões rudimentares.

A fruta mais desenhada foi a maçã, seguida da laranja e uva. Provavelmente eles consomem laranja, no entanto, a maçã e a uva pensamos que desenharam por verem em livros didáticos, visto que, ao menos, no sábado quando acompanhamos os pais no mercado esses alimentos não foram comprados. Exceto, a laranja, as duas outras frutas não podem ser cultivadas na região. Uma ressalva há de ser feita, as crianças de dois anos, ao menos três, desenharam uva por acharem mais fácil ou sugeridas pelas crianças maiores.

O morango e banana tiveram representação mediana. Esporadicamente foram desenhados: abóbora, jaca, manga, açaí, pupunha, anajá, melancia, uxi, abacaxi, coco, ingá (dentro da casca), tomate e até mesmo uma xícara com café e caneco com água.

O açaí é uma fruta bastante consumida na safra, na forma de suco espesso, acompanhado de alimentos como carne salgada frita.

Os produtos industrializados foram esporadicamente representados: bombom, pirulito, bebida láctea iogurte, picolé, sendo que três meninas desenharam sorvete. Utensílios domésticos não foram também representados com frequência: faca e prato vazio apenas uma vez. No entanto, panelas com alimentos dentro foram amplamente representadas.

Alimentos comprados, da roça ou quintal

Outro desenho demandado foi sobre os alimentos obtidos por compra, na roça ou no quintal.

Na roça não houve grande variação de alimentos desenhados. A maioria desenhou a mandioca, seguida da macaxeira visto que consideram as duas diferentes. A maniva (folha da mandioca) também foi lembrada. Milho e melancia foram representados com menos frequência. Uma criança desenhou, um casal em ação, no caso seus avós, arrancando macaxeira e raspando mandioca. Outra desenhou um homem torrando farinha.

A representação da mandioca e do fabrico da farinha foi recorrente visto que como mostrado no item sobre atividades econômicas: a venda da farinha, goma e tucupi é uma das principais fonte de renda das famílias locais.

Uma senhora explicou que a semana inteira é dedicada ao trabalho para fabricação da farinha visto que na segunda-feira, arrancam a mandioca; na terça, raspam ou põe de molho; na quarta, raspam, lavam, tiram a tapioca, goma e tucupi e na quinta e sexta torram a farinha para vender no sábado. Eduarda dos Santos, 7 anos, desenhou uma grande casa de paredes pintadas de verde e teto vermelho e disse que na casa não havia comida.

No quintal, só foram desenhados frutas: coco, jaca (– uma das crianças, ao se referir a essa fruta disse que arrancam e levam para vender) , açaí, abacate, laranja, abacaxi e até mesmo maçã foi citado uma vez. Embora, a maçã não seja uma fruta cultivada localmente.

A maior variação de alimentos desenhados foram os obtidos por compra sendo que abacaxi, laranja e maçã aparecem também como obtidos no quintal. Outros alimentos

representados foram: mortadela, bolacha, biscoito, café, feijão, arroz, carne, frango, calabresa, leite, abóbora e uva.

De acordo com Katz e Sureiman (2008), a alimentação é um dos meios pelo qual se desenvolve identidades tanto coletivas como individuais. De forma que a alimentação de pessoas de uma dada sociedade pode constituir um sistema de representações, saberes e práticas importantes para a compreensão dos grupos sociais. Sendo assim, torna-se necessário o estudo das mudanças e transformações de modelos alimentares nas ditas comunidades remanescentes de quilombos já que a alimentação incarna e cristaliza diferenças e semelhanças culturais e identitárias.

Referências bibliográficas

BONIN, Ana Maria Aimoré & ROLIM, Maria do Carmo. “Hábitos Alimentares”. In: *Boletim de Antropologia*, Curitiba, 4 (1): 75-90, junho de 1991.

CONDE, Renilda Medeiros Borges de. *A intervenção de órgãos públicos na comunidade negra de Boa Vista do Itá*. Monografia de especialização. Belém: NAEA/UFPA, 1999 (mimeo).

COSTA, Marcilene. *Negros, morenos ou quilombolas: memórias e identidades em Macapazinho, Pará*, Belém: UFPA. 2003. Dissertação de Mestrado

COSTA, Marcilene. RUFFEIL, Marjorie. Relatório de Campo *Comunidade quilombola Boa Vista do Itá: na memória a afirmação de identidades e busca pelos direitos*. Belém: mimeo, 2009

COSTA, Marcilene. *Tabus alimentares materno-infantis dos índios Tembé*. Belém: UFPA. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A cidade dos encantados: pajelança, feitiçarias, e religiões afro-brasileiras na Amazônia; a constituição de um campo de estudo; 1870-1950. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1996 (mimeo).

KATZ, Esther e SUREMAIN, Charles-Édouard, « Introduction : modèles alimentaires et recompositions sociales en Amérique Latine », In Anthropology of food [Online], S4 | May 2008, URL : <http://aof.revues.org/index4033.html>. Acesso em 19 abril 2010.

MURRIETA, Rui. “O Dilema do Papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará”. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, 41 (1): 97-146, 1998.

SALLES, Vicente. O negro no Pará sob regime de escravidão. Belém: FGV, 1988

TORRÃO, Maria Manuel. “Alimentação da População das Ilhas de Cabo Verde: a permanência dos hábitos alimentares”. In: *Dietas Alimentares. Transferências e Adaptações nas Ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995.

TRIGO, Marlene et al. “Tabus Alimentares em Região do Norte do Brasil”. In: *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 23 (6): 455-64, 1989.